Rescisão/Denúncia do Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado: Técnico Superior, Ana Sofia Paulo Guerreiro, em 20-02-2009, posicionada entre a 2.ª e a 3.ª posição remuneratória — entre o 15.º e 19.º nível remuneratório.

3 de Novembro de 2011. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, conferida pelo despacho n.º 21A-P/2010, de 3 de Maio, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Dr.ª Maria de Jesus Camões Cóias Gomes*.

305331399

MUNICÍPIO DA TROFA

Aviso n.º 23098/2011

Torna-se público que, por meu despacho datado de 31 de Outubro de 2011, e nos termos do n.º 3 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeei para o meu Gabinete de Apoio Pessoal, como minha Secretária a Senhora Eng.ª Rute Sofia Agostinho Feio Borges, com efeitos a partir do dia 01 de Novembro de 2011.

3 de Novembro de 2011. — A Presidente da Câmara Municipal, *Dr.ª Joana Fernanda Ferreira de Lima.*

305330815

MUNICÍPIO DE VAGOS

Aviso (extracto) n.º 23099/2011

Para os efeitos previstos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por meus despachos, datados de 24 de Outubro e 7 de Novembro de 2011, foram celebrados os seguintes contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Rui Filipe Ribeiro Alves, com início a 2 de Novembro de 2011, para a carreira/categoria de Técnico Superior — área de Desporto, com remuneração mensal correspondente ao nível 15 da Tabela Remuneratória Única, 2.ª posição da categoria de Técnico Superior;

Filipe Miguel Simões Ferreira Pedro, com início a 14 de Novembro de 2011, para a carreira/categoria de Técnico Superior — área de Desporto, com remuneração mensal correspondente ao nível 19 da Tabela Remuneratória Única, 3.ª posição da categoria de Técnico Superior.

O júri do período experimental dos trabalhadores acima mencionados é o mesmo do respectivo procedimento concursal.

14 de Novembro de 2011. — O Vereador do Pelouro, *Dr. Marco António Ferreira Domingues*.

305351276

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DO CAMPO

Aviso n.º 23100/2011

Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, por força do disposto no artigo 73.º do Regime aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, declara-se que o trabalhador Olivério José Vieira Perdigão, concluiu com sucesso o seu período experimental na carreira/categoria de Assistente Operacional, de acordo com o processo de avaliação, elaborado nos termos do n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, sendo o tempo de duração do período experimental contado para efeitos da actual carreira e categoria.

18 de Outubro de 2011. — O Presidente da Câmara, *António Cordeiro*.

305297882

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA

Aviso n.º 23101/2011

Contratação por tempo indeterminado, na categoria de Assistente Técnico, área de Topografia, da carreira geral de Assistente Técnico

Em cumprimento do disposto na alínea *b*), do n.º 1, do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torno público que, por meu Despacho de 26 de Outubro de 2011, em conformidade com a Lista Unitária de Ordenação Final publicada por Aviso n.º 20830/2011, na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 201, de 19 de Outubro de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Cristina Liliana Azevedo Carneiro, após negociação salarial, com efeitos a partir de 01 de Novembro de 2011, integrada na carreira geral de Assistente Técnica, com a categoria de Assistente Técnica, área de topografia, e posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível remuneratório 5, da respectiva tabela remuneratória única.

2 de Novembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Morgado Ribeiro*.

305358389

MUNICÍPIO DE VIZELA

Aviso n.º 23102/2011

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, entre esta autarquia e os seguintes trabalhadores, na sequência dos procedimentos concursais comuns a seguir indicados e nas datas mencionadas:

Aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 236, de 07 de Dezembro de 2010, para ocupação de 5 postos de trabalho, Referência A) 1 técnico superior (jurista) — Arnaldo José Abreu Guimarães de Sousa, Referência B) 1 técnico superior (engenheiro civil) — Domingos Ferreira Alves, ambos com efeitos a 11 de Julho de dois mil e Referência C) 1 técnico superior (sociólogo) — Diana da Cunha Borges, com efeitos a 07 de Julho de dois mil e onze, todos na 2.ª posição remuneratória da categoria e ainda para a Referência E) 1 assistente operacional (condutor máquinas pesadas) — Domingos Vieira Pedrosa, com efeitos a 14 de Julho de dois mil e onze, na 1.ª posição remuneratória da categoria;

Aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 170, de 01 de Setembro de 2010 para ocupação de 9 postos de trabalho Referência I) 1 assistente operacional(cantoneiro de limpeza) — Arnaldo Paulo Bento Pereira, com efeitos a 08 de Julho de dois mil e onze, na 2.ª posição remuneratória da categoria

Na sequência do procedimento concursal comum, para ocupação de 49 postos de trabalho — Ref. A) 41 lugares de assistente operacional, aberto por aviso n.º 13434/2009, publicado no *Diário da República,* 2.ª série n.º 145 de 29 de Julho de 2009, foram celebrados os contratos de trabalho por tempo indeterminado a seguir discriminados, todos na 1.ª posição remuneratória da categoria, nas datas a seguir mencionadas:

Com efeitos a 01 de Julho de dois mil e onze, com Helena Maria Ribeiro Castro, Andreia Cristina Ferreira Pedrosa, Antónia Fernanda Barbosa Vieira de Freitas, Carla Manuela Ferreira de Sousa, Emília Manuela Pereira Fernandes, Marco Paulo Ferreira Fernandes, Maria Filomena Sousa Mendes, Sandra Manuela Lopes Martins, Sónia Isabel Coelho Pinto, Mónica Susana Silva Abreu Gonçalves, Maria Madalena Araújo da Silva, Bruno Filipe Leite Moreira, Celeste da Conceição Ferreira de Castro, Óscar Manuel Peixoto Pinto, Ernestina Conceição Carneiro Pacheco, Joaquim Gualter Pereira Marinho, Magda Sofia Magalhães Barbosa, Maria Manuela Castro Batista Ferreira, Rosa Maria Baptista, Ana Salomé Pinto da Cunha, Nelson Francisco da Costa Silva, Rui Jorge Coelho Leite Faria, Quitéria Maria Neto Ferreira, António Ferreira Mendes, Susana Andreia Alves Castro, Carla Andreia Mendes Faria, Maria Luísa Dias Pereira, Manuel António Pinto Cardoso de Faria, Paula Maria Gomes dos Reis Ferreira, Maria Idalina da Cunha Oliveira, Rosa Maria Fernandes da Costa, Maria Eduarda Peixoto Cunha, Maria Natália Leite Faria Teixeira de Almeida, Joana Pereira da Silva, Paula Cristina Fernandes Polery, Jorge Manuel de Freitas Alves, Teresa Alexandra da Costa Lopes, Elisabete Leite Oliveira e Joaquina de Lurdes da Cunha Ribeiro, e com Ângela Margarida Ferreira Coelho e Carla Sofia Rodrigues Faria, com efeitos a 01 e 06 de Setembro, respetivamente.

14 de Novembro de 2011. — Por delegação de competências, a Vereadora dos Recursos Humanos, *Dora Fernanda da Cunha Pereira Gaspar,* Dr.ª

305353966

FREGUESIA DE GONDIM

Aviso n.º 23103/2011

Em conformidade com o disposto na alínea *d*), do n.º 3, do artigo 30.º e em cumprimento com o n.º 4 do artigo 36.º, ambos da Por-

taria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e para os efeitos previstos no n.º 1 do referido artigo, notificam -se os candidatos do acto de homologação da Lista Unitária de Ordenação Final, a que se refere o Procedimento Concursal aberto pelo aviso n.º 15778/2011, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 153, de 10/08/2011 e que se encontra afixada em local visível e público e na página electrónica da www.bep.gov.pt.

Notificam -se ainda os candidatos da possibilidade prevista no artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

Lista Unitária de Ordenação Final

Para os efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, notificam -se os candidatos e torna -se pública a Lista de Ordenação Final dos candidatos ao Procedimento Concursal Comum para constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnica, aberto por aviso n.º 15778/2011, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 153, de 10/08/2011, homologada por despacho do Presidente da Junta de Freguesia, datado de 14 de Novembro de 2011:

Candidata Aprovada

Sílvia Maria Rocha da Silva — 15,38 valores

Candidata Excluída

Anabela da Silva Soares — Classificação inferior a 9,5 valores na Prova Escrita de Conhecimentos.

14 de Novembro de 2011. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Fernando Ferreira* (Dr.).

305374645

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE OEIRAS E AMADORA

Aviso n.º 23104/2011

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 1 posto de trabalho

1 — Para efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, conjugado com o artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Deliberação do Conselho de Administração destes Serviços Municipalizados de 14 de Setembro de 2011 e Deliberação da Câmara Municipal de Oeiras de 16 de Março de 2011, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República,* procedimento concursal comum para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 posto de trabalho, assim designado no Mapa de Pessoal destes Serviços:

Ref. A) Carreira de Técnico Superior — 1 posto de trabalho na Divisão de Infra-estruturas, Fiscalização e Manutenção

2 — Local de Trabalho — Concelhos de Oeiras e Amadora, abrangendo a área de actuação dos Serviços Municipalizados.

3 — Atribuição, competência ou actividade

Ref. A) Planear, desenvolver e acompanhar os planos de segurança e saúde em obra; acompanhar e verificar as condições de segurança em obra, com a realização de inspecções periódicas; apoiar no desenvolvimento e implementação de actividades de prevenção de riscos em obras.

4 — Requisitos de Admissão — Os candidatos deverão cumprir, rigorosa e cumulativamente, os requisitos gerais e específicos até à data limite para apresentação das candidaturas, sob pena de exclusão:

4.1 — Requisitos gerais — os referidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;

e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

4.2 — Requisitos específicos:

Não serão considerados formação profissional congressos, colóquios, seminários, conferências e workshops.

Ref. A)

a) Nível Habilitacional — Grau 3

b) Habilitações Académicas e Profissionais — Licenciatura; Pós-graduação em Higiene e Segurança no trabalho; Formação profissional em Prevenção de Riscos na área de SHST; Formação profissional no Novo regime Jurídico dos acidentes de Trabalho.

c) Experiência Profissional — Experiência mínima de 1 ano em fiscalização de empreitadas de obras públicas.

4.3 — Possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional: Não.

4.4 — Requisitos legais: Não.

4.5 — Necessidade de se encontrar previamente estabelecida uma relação jurídica de emprego público e sua determinabilidade:

Considerando a especificidade dos postos de trabalho, designadamente pela multiplicidade de tarefas que os caracterizam, bem assim como a urgência dos procedimentos concursais, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, só poderão ser opositores ao procedimento titulares de relações jurídicas de emprego público previamente estabelecidas, na modalidade de Contrato de Trabalho em funções públicas por Tempo Indeterminado.

4.6 — Não serão admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

5 — Apresentação das candidaturas

5.1 — Prazo: 10 dias úteis, contados da data da publicação do presente aviso, considerando-se válidos os requerimentos apresentados até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação.

5.2 — Forma: As candidaturas deverão ser apresentadas, sob pena de exclusão, em formulário de candidatura próprio, disponível na Divisão de Gestão de Recursos Humanos destes Serviços Municipalizados e na página electrónica www.smas-oeiras-amadora.pt.

5.3 — Local e endereço postal de apresentação: o formulário deverá ser entregue pessoalmente na Divisão de Gestão de Recursos Humanos destes Serviços Municipalizados, sitos na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 19, Urb. Moinho das Antas, 2784-541 Oeiras, em dias úteis entre as 8h30 m e as 17h30 m, ou remetido pelo correio, ao cuidado da mesma Divisão, em carta registada, com aviso de recepção.

5.4 — O formulário ao concurso deverá obrigatoriamente ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;

b) *Curriculum vitae,* datado e assinado;

c) Fotocópia do cartão de contribuinte;

d) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;

e) Fotocópia dos comprovativos das acções de formação e da experiência profissional declarados no curriculum;

f) Fotocópia de documento comprovativo da avaliação de desempenho relativo ao último período, não superior a 3 anos, caso se aplique;

g) Documento(s) comprovativo(s) do exercício de funções inerentes à área de actividade posta a concurso, emitido pelo serviço respectivo, caso se aplique.

5.5 — Não será permitida a inclusão de novos documentos após a data limite para apresentação de candidaturas.

5.6 — Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.

5.7 — As falsas declarações serão puníveis nos termos da lei.

6 — Métodos de selecção e critérios de avaliação

6.1 — Métodos de selecção obrigatórios

6.1.1 — Prova de conhecimentos (PC) — visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício da função e será classificada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

Ref. A)

A Prova de Conhecimentos teórica, sob a forma escrita, terá a duração de 2 horas e obedecerá ao seguinte programa:

I Parte — ponderação de 25 % (sem consulta)

Questões de escolha múltipla: Lei n.º 58/2008 de 9 de Setembro, Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exerce Funções Públicas; Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de Novembro e subsequentes alterações, Código do Procedimento Administrativo; Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, Regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas; Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.